ASSEMBLEIAS E RETOMADAS KAIOWÁ E GUARANI: CAMINHOS DE LUTA E RESISTÊNCIA/REEXISTÊNCIA ORIGINÁRIA

LUCAS LUIS DE FARIA¹

UFMG, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0001-5836-0496>

CATIA PARANHOS MARTINS²

UFGD, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0003-4905-5865>

RESUMO: Neste estudo abordamos as resistências e reexistências dos povos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá e Guarani, como outros povos originários, possuem um histórico de longa duração de luta pela sobrevivência física e cultural diante das violentas investidas da colonização. A partir da compreensão metodológica de habitar o campo e da autoetnografia, com o registro das experiências cadernos, acrescidos da análise de documentos públicos, buscamos nos aproximar dos sentidos da resistência e reexistência Kaiowá e Guarani através do diálogo com a Aty Guasu, a Grande Assembleia e organização étnico-social destes povos. Enfatizamos a importância das assembleias intracomunitárias/intercomunitárias e as retomadas dos territórios originários como expressão significativa da resistência e reexistência Kaiowá e Guarani. São esses movimentos, orientados pelas práticas e conhecimentos tradicionais, que possibilitaram/possibilitam a luta pela vida e sobrevivência em busca do teko araguyje, o modo sagrado de ser e viver.

PALAVRAS-CHAVE: Kaiowá e Guarani, povos indígenas, psicologia, movimento indígena.

ABSTRACT: In this study we approach the resistance and re-existence of the Kaiowá and Guarani peoples of Mato Grosso do Sul. The Kaiowá and Guarani, like other native peoples, have a long history of struggle for physical and cultural survival in the face of the violent onslaughts of colonization. From the methodological understanding of inhabiting the field and self-ethnography, with the recording of experiences in a diary, plus the analysis of public documents, we seek approach us to the meanings of the resistance and re-existence Kaiowá and Guarani through dialogue with Aty Guasu, the Great Assembly and the social ethnic organization of these peoples. We emphasize the importance of intracommunity/intercommunity assemblies and the retaking of original territories as a significant expression of Kaiowá and Guarani resistance and re-existence. It is these movements, guided by traditional practices and knowledge, that have enable/and enable the fight for life and survival in search of teko araguyje, the sacred way of being and living.

KEYWORDS: Kaiowá and Guarani, indigenous peoples, psychology, indigenous movement.

¹ Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: lucasluisf@outlook.com

² Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Professora da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: catiamartins@ufgd.edu.br

Introdução

Neste texto buscamos visibilizar as resistências/reexistências dos/as Kaiowá e Guarani em defesa dos territórios originários, a partir das articulações da Aty Guasu, a Grande Assembleia Kaiowá e Guarani. As habilidades destes povos de permanecerem vivos, produzirem vida, e ainda, lutarem pela recuperação das terras e sociabilidades tradicionais, mesmo sob a incidência da colonização, nos apontam caminhos outros frente ao sistema-mundo-moderno/colonial-patriarcal-capitalista.

No decorrer de nossa escrita, alternaremos entre os termos resistência, compreensão comum nas ciências humanas a partir de Foucault (1977), e reexistência, tal como entendido por Rita Segato (2017), “*es decir, 46 como podemos existir y responder a través de otras formas de existencia*” (<https://latinta.com.ar/2017/05/rita-segato-las-mujeres-vivimos-un-un-estado-de-sitio/>, recuperado em 10 de outubro, 2020). Contudo, entendemos que ambos possuem suas limitações e que as experiências de luta histórica dos/as Kaiowá e Guarani estão em outro patamar, mais próximas dos entendimentos cosmológicos do que das conceituações acadêmicas, sejam elas pós-modernas, pós-coloniais ou decoloniais.

Se por um lado a violência colonial unifica os povos colonizados em um núcleo comum, perpassado pela invasão e expropriação territorial, escravização, exploração e dominação, por sua vez, a resistência secular dos povos originários é também constituinte da formação latino-americana, tal como afirma Gonçalves (2019: 29), “reunidos, ao mesmo tempo, pela dominação colonial e pela rebeldia contra essa condição”.

Em nosso *ogwata*³ [caminho] de solidariedade-estudo-pesquisa junto aos/às Kaiowá e Guarani, tem nos interessado os enfrentamentos dos/das indígenas em movimento contra as imposições coloniais. Os povos originários produziram e produzem múltiplas formas de resistir e reexistir, tais como: as reuniões em Assembleias (de abrangência local e até internacional), manifestações e ocupações de órgãos do Estado responsáveis por políticas indigenistas, protestos em vias públicas, reocupação de territórios tradicionais, utilização de redes sociais, dentre outras (MUNDURUKU, 2012; BENITES, 2014; SANTOS, 2019).

Os povos Guarani resistem à invasão europeia desde, no mínimo, 1505 (EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL [EMGC], 2016). A existência de diversas comunidades e ramificações étnicas evidencia que o projeto de extermínio, iniciado pelos europeus e levado a cabo pelos Estados nacionais, falhou. Embora este seja um programa inacabado e em curso pela incidência das colonialidades e do capitalismo global, é importante destacar suas limitações. O fracasso da colonização em dizimar completamente os povos originários ocorre, não por outro motivo, senão pelas resistências indígenas.

³ Em oposição à norma, as palavras em Guarani não serão grafadas em itálico, já que não são vocábulos de língua estrangeira. Antes ou após as palavras em Guarani, haverá uma tentativa de tradução e/ou explicação com o sentido usual e compartilhado entre comunidades, apoiadoras/es e pesquisadoras/es. Mas é importante registrar que estamos cientes das inúmeras delicadezas que escapam aos autores e à lógica colonial.

O reconhecimento das resistências e reexistências dos povos possibilita questionar a neutralidade da historiografia oficial e retomar a narrativa desde a perspectiva dos colonizados, ofuscando o brilhantismo ideologizado do heroísmo epopeico dos colonizadores. São pelos caminhos do protagonismo da luta Kaiowá e Guarani, através das Assembleias intracomunitárias/intercomunitárias, dos processos auto-organizados de recuperação territorial compreendidos pelas retomadas e da utilização das mídias virtuais que elaboramos este texto. No decorrer dos próximos tópicos esboçaremos parte dessas potentes estratégias de resistências/reexistência.

Metodologia

Neste estudo, temos como compreensão metodológica o que estamos qualificando como habitar o campo, alinhado ao método da autoetnografia performativa crítica proposta por Denzin (2017: 85, tradução nossa), que entende a necessidade de questionar as naturalizações e convenções históricas a partir de “momentos e experiência interacionais que deixam marcas na vida das pessoas”. Esse processo é definido pelo autor como epifania, sendo a potência do vivido para produção de análises críticas na direção de imaginar políticas e possibilidades radicais em contraponto às estruturas de dominação (DENZIN, 2017). Nossas experiências consistem na imersão no cenário sociopolítico de vida e luta dos/as Kaiowá e Guarani, acolhendo as intersubjetividades e sensibilidades produzidas pelo mergulho em narrativas historicamente silenciadas/deslegitimadas, aqui compartilhadas pelo diálogo com as notas produzidas pela Aty Guasu e por relatos de experiências junto aos povos.

Destacamos, em âmbito teórico-metodológico, a potência de habitar e (des)aprender em terras indígenas como forma de realizar deslocamentos e questionamentos epistemológicos e sociopolíticos a partir dos encontros com os povos (FARIA; MARTINS, 2022). Em nossa vivência, tivemos oportunidade de experienciar momentos com famílias indígenas pelas ruas da cidade e em serviços de políticas públicas, relações com estudantes da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), participações em Assembleias intracomunitárias e intercomunitárias na condição de apoiador/a, caminhadas por territórios de Reservas e retomadas, e a escuta/leitura de anciões, lideranças e intelectuais dos povos Kaiowá e Guarani.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos das contribuições etnográficas quanto aos registros em cadernos de campo quando das observações realizadas nos encontros (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009), e da etno-história para análise de documentos produzidos e divulgados pela Aty Guasu (CAVALCANTE, 2011). No horizonte documental, lemos 38 notas escritas entre 2011 e 2013 pelo movimento Kaiowá e Guarani e publicadas na internet. Para este estudo realizamos recortes desse material referentes ao tema das resistências e reexistências.

A iniciativa de utilização das redes sociais remete à necessidade entendida pelos/as Kaiowá e Guarani como estratégia política de resistir e denunciar os constantes ataques às comunidades por parte dos poderes do agronegócio em conluio com o Estado (BENITES, 2014). Esse mecanismo de denúncia é utilizado pelas organizações Kaiowá e Guarani para visibilização e reivindicação de justiça.

Entendemos esse deslocamento do discurso dominante para as narrativas populares, como exercício teórico-metodológico profícuo para o estudo engajado de forma ética-política com a produção de conhecimentos contracoloniais (SANTOS, 2021). É por este caminho que buscamos analisar os escritos do *blog* da Aty Guasu, de intelectuais Kaiowá e Guarani, e de nossas escutas solidárias e sensíveis em território. Os diálogos com as produções dos povos originários compõem nosso compromisso com o desprendimento das perspectivas colonizadoras e promoção de diálogos com os saberes originários. Em nosso conhecer e fazer estamos subsidiados por referências da Psicologia Social, Antropologia, História e Estudos Decoloniais. A seguir, abordaremos parte do processo organizativo das Assembleias Kaiowá e Guarani.

Aty Guasu, a grande assembleia Kaiowá e Guarani

A organização política dos Kaiowá e Guarani, em defesa e luta pelos seus territórios tradicionais, destaca-se pela articulação da/na Aty Guasu. A Aty Guasu é a Grande Assembleia intercomunitária e interfamiliar, que reúne lideranças de diferentes territórios (BENITES, 2014). Como analisado por Pereira (2003), essa articulação das lideranças políticas e religiosas dos povos Kaiowá e Guarani possui características de movimento étnico-social analisado sob a ótica dos estudos sociológicos. E, ainda, é considerado o movimento social de maior expressão do Mato Grosso do Sul apresentado ao Brasil e ao mundo (PEREIRA, 2003), que nos últimos anos tem ganhado grande visibilidade nacional e internacional pelo enfrentamento aos avanços violentos do agronegócio.

O marco de início da articulação da Aty Guasu varia conforme os observadores e os próprios interlocutores participantes do movimento, afirma Pimentel (2012). Entretanto, é comum entre os estudos de Pereira (2003), Brand (2004), Pimentel (2012) e Benites (2014), o entendimento de que essa articulação das comunidades Kaiowá e Guarani surge a partir da intensificação do processo de colonização dos territórios indígenas no final da década de 1970 e início da década de 1980. Esse período coincide com a introdução dos plantios de monocultura da soja e mecanização das atividades agrícolas no Cone Sul de Mato Grosso do Sul, fato que provocou o desinteresse pela exploração da mão de obra indígena comum nas fazendas da região até este período (BRAND, 2004; MORAIS, 2017). Paralelamente, ocorrem as primeiras mobilizações nacionais do Movimento Indígena e com as lutas pela redemocratização do País, então sob (des)governo dos militares (PIMENTEL, 2012).

Sobre a colonização das terras indígenas, Brand (2004: 140) afirma que, “a instalação dos colonos em território indígena provocou, de

imediatos, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços”. A permanência dos/as Kaiowá e Guarani em seus territórios tradicionais assume caráter de resistência às políticas de expropriação, confinamento e cercamento, impostas pela dominação colonial e sustentadas pelos princípios coloniais-capitalistas.

Tonico Benites, intelectual Kaiowá e Guarani, sabiamente nos orienta com sua fala: “Assim como a colonização avança, o movimento indígena também o faz” (FARIA, 2021). Esse entendimento é significativo para nossas análises desde a Aty Guasu e dos processos de mobilização comunitária. Nas notas publicadas pela organização, essa relação é situada nos marcos históricos da expulsão dos territórios originários e enfrentamento a esta condição, tal como reproduzimos a seguir:

A historiografia oficial registra que entre as décadas de 60 e 80, os fazendeiros recém-assentados, aliados ao poder político da região Cone Sul e à ditadura então em vigor, começaram a expulsar e dispersar de forma violenta as famílias grandes guarani-kaiowá dos seus territórios tradicionais tekoha guasu [grande território]. Os atos etnocidas eram considerados pelas autoridades federais como normais/naturais, culpando e criminalizando os índios, fato que perdura até hoje. Diante desses atos truculentos dos poderes políticos e fazendeiros, na década 80 emergiu a grande assembleia guarani e kaiowá, Aty Guasu (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012a).

De acordo com Benites (2014), há diferentes narrativas e visões sobre a Aty Guasu. Para o autor, o estudo apurado sobre esse processo de organização e mobilização deve tomar como foco os protagonistas, neste caso, os próprios indígenas. Isso porque, segundo Benites (2014: 174), “os karai [não indígenas] desconhecem muitos elementos que tornam os Aty Guasu importantes para os Guarani e Kaiowá”. Esse desconhecimento deve-se ao fato de que os relatos e discussões “são fundamentalmente expressão de uma memória que é oral e porque são formuladas na maioria das vezes na língua guarani e não em português” (BENITES, 2014: 179).

A partir dos estudos da etnologia guarani, temos elementos políticos relevantes sobre a Aty Guasu: o protagonismo indígena, a memória histórica, a oralidade e a língua como modo de articulação (BENITES, 2014; PEREIRA, 2003; PIMENTEL, 2012). Do ponto de vista da reexistência, a memória histórica mediada pelo idioma originário contribui, significativamente, para manutenção das dimensões cosmológicas e dos sentidos para permanecerem em movimento frente às incidências colonialistas.

Resistir e reexistir se entrelaçam com a capacidade de preservação das especificidades étnicas. A existência de, aproximadamente, 274 línguas indígenas diferentes no Brasil evidencia a história de resistência destes povos aos projetos exterminacionistas, integracionistas e

assimilacionistas. A oralidade presente na intersubjetividade e formação tradicional tensiona o padrão letrado-escrito do poder moderno/colonial-capitalista. Em reação, a colonialidade tenta deslegitimar as narrativas orais. Contudo, nesse procedimento perdem conteúdos significativos das experiências, tal como afirma Tónico Benites (2014: 180, grifos nosso):

É comum que os brancos, como os jornalistas, autoridades federais e estaduais, julguem que as memórias dos indígenas são menos exatas e importantes do que aquelas formuladas pelos karai apoiadores. Essa avaliação é completamente equivocada. Ela resulta de uma apreciação etnocêntrica de que as narrativas feitas pelos indígenas são menos verdadeiras e confiáveis porque algumas vezes confundem datas e números e trocam ou misturam os personagens dos brancos. Mas não é isso que importa nestes relatos, que foram produzidos exclusivamente por indígenas e para indígenas e resultam de memórias orais. As informações numéricas ou o nome preciso de alguns karai não são fatos tão significativos do ponto de vista dos indígenas, **o que para eles é fundamental é definir situações e atitudes, bem como transmitir e justificar estratégias e decisões. São estas narrativas que mobilizam os indígenas em suas ações.**

Essa provocação de Tónico Benites (2014) nos remete ao posicionamento de “nada sobre nós sem nós” (MARTINS, 2014), como parte importante das formulações estratégicas para a mobilização dos/as Kaiowá e Guaraní em movimento. A expressão da autonomia intercomunitária esbarra em percepções colonizadoras e racistas de incapacidade intelectual e da auto-organização dos povos. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)⁴, que situa antropólogos e indigenistas como protagonistas das articulações indígenas⁵, é um produto dessa perspectiva colonial de invisibilidade da autodeterminação originária, como expõe Tónico Benites (2014: 180):

Por não conseguir entender isso, os antagonistas dos indígenas frequentemente ignoram os processos de mobilização, articulação e construção de um projeto político feito pelos indígenas através dos Aty Guasu e reduzem a história das últimas décadas no Cone Sul de MS a um confronto puramente entre os karai (no caso fazendeiros e governo do estado x Funai, governo federal e apoiadores dos índios, como o PKN e o CIMI), onde os índios são apenas o assunto.

⁴ Ver reportagem sobre a CPI do CIMI: <https://g1.globo.com/politica/noticia/cpi-da-funai-e-do-incra-aprova-texto-final-com-67-pedidos-de-indiciamento.ghtml>

⁵ Ver posicionamento do CIMI: <https://cimi.org.br/2016/08/38758>

As colonialidades, enquanto resquícios simbólicos e materiais de hierarquização/inferiorização racial forjada pela colonização, perversamente, incidem de modo a deslegitimar a auto-organização comunitária, reproduzindo a compreensão de incapacidade e tutela das mobilizações indígenas (OLIVEIRA FILHO, 1988; QUIJANO, 2005). A este respeito, em nota, as lideranças reafirmam a autonomia e conscientização no processo de luta e recuperação dos tekoha [lugar de pertencimento onde se realiza o modo de ser originário], como insiste a nota a seguir:

Queremos deixar evidentes que nós, lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá, de modo autônomo e consciente, vimos lutando pela recuperação de nossos territórios antigos, essa luta pelas terras tradicionais é exclusivamente nossa, nós somos protagonistas e autores da luta pelas terras indígenas (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012b).

Em sua tese, Tónico Benites (2014) trata a Aty Guasu como um projeto político dos Ava Guarani e Ava Kaiowá contemporâneos. Nesse percurso, aponta diferentes narrativas sobre esse processo de mobilização intracomunitária e intercomunitária. Destacamos as experiências promovidas nas e desde as Assembleias como significativas da resistência Kaiowá e Guarani. De acordo com Tónico Benites (2014: 181), “Aty Guasu é composto pelos líderes políticos, os líderes espirituais (ñanderu e ñandesy) e seus aprendizes (yvyra’ija), e, sobretudo, pelas crianças, mulheres e homens pertencentes às várias famílias indígenas”.

Em nota, os/as Kaiowá e Guarani declaram que:

O objetivo da Aty Guasu foi e é o de fazer frente ao processo sistemático de etnocídio/genocídio, violências e a expulsão forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional. Além disso, os membros-conselhos de Aty Guasu investigam e relatam todos os fatos violentos praticados contra os integrantes do povo Guarani-Kaiowá, convocando/intimando os membros indígenas violentados para narrar os fatos verídicos no seio da assembleia Aty Guasu (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012a, grifo nosso).

Os espaços das Aty Guasu viabilizam encontros e diálogos diversos, nos quais as línguas kaiowá e guarani aparecem como mediadoras das atividades geradoras de pertencimento e resistência por meio da partilha dos saberes, práticas de rituais sagrados, e formulação de estratégias e projetos de futuro (BENITES, 2014). Nessas ocasiões, os/as jovens líderes ampliam a oportunidade de tomar conhecimento das “experiências de vida das lideranças mais velhas e sábias, sobretudo a memória que cada liderança idosa tem sobre os acontecimentos históricos e os saberes indígenas” (BENITES, 2014: 182).

As atualizações da memória histórica perpassam os rituais religiosos e festivos envolvendo as crianças e adultos, e os processos de resistência e luta das lideranças em defesa e reivindicação de seus territórios sagrados. De acordo com Tônico Benites (2014: 183), “é relevante destacar que uma das práticas mais comuns e repetidas dos Aty Guasu é relembrar da trajetória de várias lideranças assassinadas pelos fazendeiros nos tekoha reocupados”. Nesses espaços são reproduzidos e socializados “os momentos decisivos e as mensagens mais significativas desses líderes assassinados” (BENITES, 2014: 183), como podemos observar na nota a seguir em referência ao “ñanderu” Nísio Gomes:

O rezador Nísio pregava na grande assembleia aty guasu que “nós lideranças guarani-kaiowá que lutamos pela recuperação dos nossos territórios antigos tekoha guasu “nós nunca devemos desistir de lutar pelo nosso tekoha e jamais abandonar nossos familiares e companheiros de luta”. “Até devemos morrer, se for preciso, pela nossa tekoha guasu, para salvar muita vida e futuro de nossas crianças”, “mas abandonar a tekoha nunca, porque nós pertencemos ao nosso tekoha guasu” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2011).

Os encontros intergeracionais nas Aty Guasu, como demonstra Tônico Benites (2014: 182), são importantes espaços de compartilhamento dos conhecimentos originários e de imersão na formação “sobre os princípios religiosos e as práticas rituais, bem como recebem orientação moral e exercem valores que deverão seguir em sua vida”. Nesse sentido, podemos notar a potência das Grandes Assembleias para atualização das atividades culturais e políticas tradicionais em direção ao modo sagrado de ser, o teko araguyje (BENITES, 2021). Além disso, também produzem possibilidades de fortalecimento dos vínculos, pertencimento e surgimento/renovação das alianças entre as famílias.

As Assembleias são também espaços de produção de saúde e cura. De acordo com Tônico Benites (2014: 182), “no interior de cada Aty Guasu, normalmente os líderes espirituais (ñanderu e ñandesy) são procurados por indígenas que sofrem de doenças diversas, físicas e espirituais”. Ñanderu e ñandesy, fundamentais para organização social e política dos Kaiowá e Guarani, presentes nas Grandes Assembleias, acolhem pessoas que “buscaram tratamento com rezadores locais ou consultaram médicos brancos e foram mesmo pacientes em postos de saúde ou hospitais, sem que tivessem sucesso na cura de seus males” (BENITES, 2014: 182).

Nas resistências e reexistências Kaiowá e Guarani, os ñanderu e as ñandesy são legitimados como importantes atores e atrizes no processo de luta e retomada dos tekoha. Os conhecimentos e as práticas tradicionais destes agentes produzem fortalecimento comunitário para os enfrentamentos contra os karai violadores, sejam eles pistoleiros, policiais ou indigenistas estatais, como destaca a nota a seguir:

Num primeiro momento fizemos a memória das nossas lutas nos últimos trinta e cinco anos, desde que iniciamos a luta de recuperação de nossos territórios, na década de setenta. **Os anciões, guerreiros e lutadores desde as primeiras reuniões e planejamento de retomadas de nossas terras foram contando o quanto foi difícil cada tekohá retomado, as expulsões pelos pistoleiros, polícia e Funai algumas vezes.** Cada palmo de terra reconquistado foi uma batalha, cada tekohá retomado foi uma luta de muitos anos. **E o que deu essa força, inclusive para que não fossem assassinadas nossas lideranças, foi a presença forte e essencial dos Nhanderu e Nhandesi.** Eles garantiram as vitórias no chão, na retomada. É essa prática que estamos buscando retomar, colocando os Nhanderu em primeiro lugar (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012c, grifo nosso).

Ao nos indagarmos sobre os modos de resistência Kaiowá e Guarani, temos nos apontamentos das notas a centralidade dos ñanderu e das ñandesy nos processos de recuperação territorial e fortalecimento comunitário. Escapa às (in)sensibilidades ocidentalizadas a potência das rezas e dos instrumentos sagrados empunhados pelas lideranças religiosas, tais como mbaraka e takuapu. Contudo, ao nos aproximarmos dos entendimentos cosmológicos, seja através dos estudos etnográficos ou das inter-relações com as comunidades, temos os/as líderes espirituais como atores/atrizes fundamentais da luta Kaiowá e Guarani.

A partir das notas, da participação das assembleias, das ações de solidariedade comunitária e das contribuições de Tônico Benites (2014) e Eliel Benites (2021), identificamos nos encontros e articulações da Aty Guasu os seguintes sentidos: mobilização e formulação de estratégias de luta, promoção de alianças intercomunitárias, recuperação da memória histórica, valorização das trajetórias de lideranças, formação intergeracional, produção de saúde, acompanhamento de territórios em disputa, reivindicação de direitos, participação em eventos nacionais e internacionais, divulgação e elaboração de denúncias contra as narrativas hegemônicas. Esse panorama demonstra a potência das Assembleias promovidas pelos/as Kaiowá e Guarani. A seguir, destacaremos os processos de reivindicação territorial e as retomadas dos tekoha como parte do resistir e reexistir destes povos.

As resistências e reexistências das retomadas Kaiowá e Guarani

Em nossa compreensão, as retomadas representam o mais inventivo da resistência e reexistência Kaiowá e Guarani. É uma ação radicalmente criativa, que vai além da simples reação. A reivindicação dos territórios tradicionais dos/as Kaiowá e Guarani é histórica e remonta o processo de expropriação efetivada pelas políticas coloniais do Estado-nação, como aponta a nota a seguir:

Inicialmente, destacamos que a reivindicação e luta pela demarcação de territórios Guarani e Kaiowá começou intensamente a partir da década de 1960, no período de regime da ditadura militar. Assim, a luta Guarani e Kaiowá para permanecer assentados nos territórios tradicionais desencadeou frente ao processo de expropriação e expulsão dos Guarani e Kaiowá de seus territórios tradicionais, portanto essa luta indígena pela demarcação dos territórios tradicionais é histórica e antiga (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012d).

A intensificação da reivindicação dos territórios originários pelos/as Kaiowá e Guarani ocorre em paralelo à conscientização e articulação dos/as indígenas em meados da década de 1970 em âmbito nacional (ORTOLAN, 2006; MUNDURUKU, 2012). A conjuntura naquela época, como pontuado na nota anterior, estava marcada pelos projetos integracionistas da ditadura militar e suas políticas desenvolvimentistas alinhadas ao poderio imperialista. O processo de mobilização dos povos indígenas nesse período e a árdua luta durante a Constituinte culminou com a formulação dos direitos dos povos tradicionais. Contudo, não foi resoluto quanto à demarcação de suas terras, tal como havia sido previsto pela Constituição Federal de 1988 (BICALHO, 2010).

As retomadas Kaiowá e Guarani caminham por essa esteira da história, de expropriação e negligência do Estado frente às demandas dos povos, que, por sua vez decidem, autonomamente, pela reocupação territorial, como demonstra a nota abaixo:

Já gastamos papel demais. Já fizemos ouvir nossa voz em várias partes do Brasil e do mundo. Por isso estamos decididos de avançar na conquista dos nossos direitos com nossas forças, união, organização, fortalecendo a Aty Guasu e o nosso Conselho da Aty Guasu, assim como os Conselhos das mulheres, dos jovens, dos nhanderu, dos professores e dos agentes de saúde. Juntos vamos conquistar o que para nós é sagrado, como nossa mãe terra e assim garantir o nosso jeito de viver e ser Guarani Kaiowá (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012c).

É possível perceber nas notas o entendimento originário de que “continuaremos retomando nossos tekohá, nossas terras tradicionais, como único jeito de contribuir com o Estado brasileiro, para que ele pague sua dívida histórica, de muito sangue e sofrimento, reconhecendo e demarcando nossas terras” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012c). Nesse sentido, as retomadas e as demarcações de terras representariam uma tentativa de reparar as políticas colonialistas de extermínio e escravização dos povos.

Em notas da Aty Guasu é possível perceber que a reivindicação e efetivação da reocupação dos territórios é uma demanda importante e inegociável para as coletividades participantes das Assembleias, tal como

afirmado em “vamos fazer a retomada de nossas terras até o último guerreiro!” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012e). Essa postura demonstra a autodeterminação do projeto político Kaiowá e Guarani, como apontado por Tônico Benites (2014), em relação à morosidade do Estado em garantir os direitos constitucionais, sendo interpelados ao necessário planejamento de que “os territórios demarcados e homologados serão reocupados progressivamente pelos indígenas” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012f).

Os processos de resistência encampados pela Aty Guasu na retomada dos territórios tradicionais têm origem nas condições de massacre e sofrimento produzidos pelas políticas coloniais (PEREIRA, 2003; QUIJANO, 2005). A reocupação do tekoha é posta na condição de sonho, no qual as comunidades possam viver felizes com a recomposição das experiências originárias, como aponta a nota a seguir:

Todas essas lideranças, assim como nós, têm o grande sonho de ver a demarcação e recuperação de nossos territórios tradicionais conforme os nossos direitos constitucionais e, sobretudo, ver o retorno de nosso povo feliz em terras demarcadas e sem massacre e muito sofrimento. Por isso, estamos lutando e morrendo pelos nossos sonhos e nós vamos lutar e perseguir reiteradamente este sonho de recuperar os nossos territórios tradicionais, por essa razão estamos, mais uma vez, reunidos nesta Aty Guasu Kaiowá e Guarani do MS (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012e).

As notas das comunidades de Pyelito Kue/Mbarakay, Passo Piraju e Arroio Kora – citadas a seguir – apresentam os desdobramentos da resistência nos sonhos, mas também nos pesadelos, quando dos momentos de recuperação dos territórios originários. Nessas experiências, a felicidade e viabilidade das práticas rituais entrelaçam com as situações de ataques e intimidações, como relata a nota abaixo e as que virão na sequência:

(...) maioria das lideranças narraram que na pequena parte reocupada (Pyelito kue e Ypo’i, Kurusu Amba etc.) dos territórios tradicionais tekoha guasu, onde se encontra em manifestação/protesto contínuo, ali eles recebem frequentemente os ataques cruéis e ameaças de variadas formas (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012g).

Sobre Pyelito Kue/Mbarakay, a Aty Guasu anuncia:

Apesar desse isolamento, cerco de pistoleiros armados e ameaça de vida constante aos integrantes indígenas, porém 158 comunidades indígenas reocupante do território antigo Pyelito kue (50 crianças, 50 mulheres, 58 homens) continuam resistindo e sobrevivendo na pequena área reocupada até os dias de hoje

(09/08/2012), um ano, aguardando a demarcação definitiva do território antigo Pyelito Kue/Mbarakay (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012h).

Para Morais (2017), as retomadas são lugares de contestação da situação colonial e subversão das lógicas colonizadoras de cercamento. Isso porque, como afirma Morais (2017: 189), “há uma disposição de enfrentamento direto: os indígenas desterritorializam a fazenda ao se reterritorializarem em seu interior”. De acordo com Morais (2017), essa resistente dinâmica de subversão, mais do que produto, é a inversão da política colonial de tutela.

A resistente desobediência desses povos em permanecerem no tekoha, mesmo isolados e sofrendo ataques diversos, justifica-se pela decisão de não sair “com vida e nem morto e sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo de modo acelerado” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012i). E por reconhecerem que “no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários dos nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012i).

Essa declaração da comunidade nos remete ao proposto por Morais (2017: 191), ao tratar do tekoha de Apyka’i, de que há “uma relação de sangue e solo, um sentido de família indissociável daquela terra”. Para Morais (2017: 191), é “como se as relações que possibilitassem erguer um tekoha, uma aldeia, uma parentela, só pudessem ser firmadas a partir dali, e revivendo alianças mais antigas e fundamentais daquela gente e daquele local”. Nessa direção, é a relação tradicional com o território e com os/as antepassados/as habitantes da terra que produz o sentido da própria reexistência, de modo que o afastamento e desvinculação do tekoha pode ser mais cruel do que a própria morte do corpo físico, sendo exigida para nesta situação o sepultamento junto aos antepassados, como determina a nota a seguir:

Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser morto e enterrado junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012i).

Esta nota de Pyelito Kue ganhou grande repercussão na mídia nacional e internacional em 2012, sendo o impulso mobilizador das campanhas “somos todos guarani-kaiowá” na internet. A visibilidade para este acontecimento gerou interpretações divergentes, notadamente entre a própria Aty Guasu e a FUNAI, quando a entidade indigenista declara que não havia intenção de suicídio, sendo esta declaração contestada pela Aty

Guasu⁶. Nossa leitura, alinhada à narrativa da organização Kaiowá e Guarani, é de que a frustração e o sofrimento diante da realidade cruel vivenciada pelas comunidades, e a intensidade da violência colonial no processo histórico de distanciamento do tekoha e das práticas tradicionais, são precedentes para a morte dos/as Kaiowá e Guarani, seja por desdobramento dos conflitos com as forças estatais e latifundiárias ou mesmo pelo suicídio: “Sofridos carregam os sentimentos de reagir para morrer e/ou enfrentar iminente perigo/resistir se suicidando, por não conseguir o objetivo central de sua luta [viver no tekoha em relação com os antepassados] individual e coletiva, como povo indígena” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012j).

Em Arroio Kora, o litígio inerente à indisposição política do Estado em realizar a demarcação das terras influencia na decisão da comunidade em retomar o território. O cansaço frente aos trâmites burocráticos e judiciais exige a autodeterminação comunitária, como sugere a nota a seguir:

Desde a suspensão de demarcação definitiva de território Arroio Korá pelo STF, as comunidades Guarani e Kaiowá passaram a aguardar já há mais de 3 anos. Cansado de aguardar a por isso, hoje, no dia 10 de agosto de 2012, as comunidades de Arroio Kora juntamente com apoio de outras lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá decidiram a reocuparem definitivamente a parte do território antigo Arroio Kora já homologado pelo presidente da República do Brasil (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012k).

A narrativa de Arroio Kora sobre o cansaço frente à postura do Estado no processo demarcatório remonta à história de mobilização da comunidade Pirakuá, em 1980, registrada por Pereira (2003) e Brand (2004), como inaugural do processo de retomada entre os/as Kaiowá e Guarani. É quando decidem agir de forma autônoma e protagonista diante da imobilidade estatal, produzindo nessa experiência conhecimentos e estratégias de luta para recuperação dos territórios originários (PEREIRA, 2003).

No tekoha de Passo Piraju o drama do trâmite judicial e decisão de despejo é semelhante ao de Arroio Kora, porém com especificidades próprias do processo de assentamento da comunidade. A experiência de Passo Piraju se distingue pela ocupação do território por mais de dez anos. A seguir a descrição realizada pela Aty Guasu:

Por meio desta carta, vimos descrever e apresentar a nossa história e situação atual em tekoha Passo Piraju-Dourados-MS. Nós 600 comunidades Guarani-Kaiowá estamos assentando na margem do rio Dourados-MS, há mais de 12 anos, aguardando a regularização da parte de nosso território tradicional Passo Piraju. (...) Aqui

⁶ Ver: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/10/por-que-os-guarani-e-kaiowa-praticaram.html>

agora não passamos fome mais. As nossas crianças e adolescentes são bem alimentadas e felizes, não estão pensando em prática de suicídio. Assim, há uma década, nesses doze (12) hectares estamos tentando sobreviver de formas saudáveis e felizes, resgatando o nosso modo de ser e viver Guarani-Kaiowá, toda a noite participando de nosso ritual religioso jeroky e guachire. Porém, infelizmente, no dia 08 de outubro de 2012, de manhã recebemos uma triste notícia de extermínio/genocídio, violência e constrangedora, gerando profunda tristeza, perplexa, medo nas vidas de todos nós. Essa notícia é a ordem de nossa expulsão/despejo expressada pela Justiça Federal do Tribunal Regional da 3ª Região (TRF-3) São Paulo-SP. (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012I).

Essa nota de Passo Piraju traz elementos importantes para refletirmos sobre a indissociabilidade da terra em relação à saúde e bem viver comunitário. A ocupação do tekoha aparece como condição de felicidade e distanciamento de pensamentos suicidas, e de acesso à alimentação saudável em contraposição às condições de fome. Essas questões, recorrentes nos debates públicos, possuem como atravessamento a (im)possibilidade da territorialidade tradicional, sendo a reexistência das retomadas uma forma de enfrentamento das problemáticas que incidem sobre os/as Kaiowá e Guarani.

A estas reexistências, desde as dimensões cosmológicas dos/as Kaiowá e Guarani, soma-se a precarização das condições materiais de vida expressas pelo violento confinamento nas reservas e transbordamentos para as beiras de rodovia. Essa situação de confinamento (BRAND, 2004) e cerco (MORAIS, 2017) também é responsável por alimentar a necessidade de resistir, como podemos observar na declaração a seguir:

De fato, sabemos muito bem que fora daqui, longe daqui, na margem da estrada iremos retornar a sobreviver na miséria e passar fome novamente, não queremos rever a miséria e fome de nossas crianças na margem da estrada, jogados como lixo como era antes, por essa razão, decidimos a resistir e morrer todos juntos aqui na margem do rio Dourados-MS (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012I).

Nesse sentido, a resistência inerente ao processo de retomada dos territórios configura-se como política de sobrevivência dos Kaiowá e Guarani às condições de fome, suicídio, miséria, violência e limitação das práticas rituais. A retomada é o enfrentamento direto à situação colonial imposta pelas forças dominantes e para a manutenção da vida, como expõe a nota a seguir:

Diante disso que muitas famílias Guarani-Kaiowá decidiram e tentaram retornar aos territórios antigos,

ocupando pequenas parcelas de terra ancestral, com o objetivo de sobreviver culturalmente e para praticar os rituais religiosos e se afastar do mundo de violências das reservas/aldeias superlotadas. (...) Nestes pequenos espaços reocupados por famílias extensas Guarani-Kaiowá, em que ocorre diariamente a prática de rituais religiosos e profanos, os grupos recomeçaram revitalizar as culturas tradicionais que garantem a boa vida futura. Isto não é mais possível nas reservas/aldeias e na margem das rodovias BR (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012m).

Nesse caminho, entendemos que as retomadas representam, atualmente, um dos modos mais incisivos e potentes de resistência e reexistência Kaiowá e Guarani. Esse entendimento está assentado na análise de que esses movimentos permitem aos povos retomarem, a partir da retomada dos territórios sagrados, a gestão da vida de acordo com seus princípios originários em enfrentamento às condições de miséria produzidas pela colonização (JOHNSON, 2021; FARIA, 2021). Desse modo, por meio do embate direto com as ambições do capitalismo monopolista e transnacional, os povos lutam para (sobre)viver de forma autônoma, produzindo e reproduzindo seus conhecimentos para a vida boa das gerações atuais e futuras em referência aos modos originários do tekoha [modo de ser] Kaiowá e Guarani interdependente do tekoha.

Considerações finais

As condições de vida e morte dos povos originários, aqui representados pelos Kaiowá e Guarani, estão intrinsecamente relacionadas ao cruel processo histórico de dominação/expropriação/violência produzido pela colonização. Desde o início da invasão dos colonizadores, os povos resistem de formas múltiplas. Essa resistência de longa duração é o que permitiu a sobrevivência e reexistência destes diante das políticas de extermínio.

Neste estudo, analisamos dois aspectos da resistência e reexistência Kaiowá e Guarani: as Grandes Assembleias e as retomadas dos tekoha protagonizadas pela Aty Guasu. Nossa análise-diálogo teve como princípio o desprendimento do discurso triunfante do colonizador para a escuta/aprendizado com as narrativas dos povos colonizados enquanto postura ético-política rumo à de(s)colonizar e desideologizar a história oficializada que mantém os povos originários em condições de subjugação, humilhação e inferiorização (MARTÍN-BARÓ, 1985/2017; ANZALDÚA, 2000).

Aprendemos com as organizações indígenas que a resistência aos atos genocidas/etnocidas compõe a luta permanente dos povos contra o colonialismo e as colonialidades. As mobilizações dos/as indígenas em movimentos étnico-sociais, tal como a Aty Guasu, e os recentes avanços na defesa e recuperação dos territórios tradicionais, são parte dessa ousadia de não sucumbirem à dominação e violência colonial.

Nesse sentido, as Assembleias foram e são espaços fundamentais de articulação intracomunitária e intercomunitária para a reexistência originária. O surgimento desses lugares coletivos de incidência política tem como motivação principal a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência diante do projeto colonial de extermínio. Dentre os múltiplos efeitos dessas mobilizações, ressaltamos a possibilidade de recomposição e fortalecimento da memória histórica como elemento central. Os conhecimentos cosmológicos advindos dos mais velhos, especialmente dos/as rezadores/as, contribuem para a sustentação da reexistência em direção aos bons/bonitos/sagrados modos de ser e viver.

As orientações cosmológicas para a luta escapam às compreensões karai por serem normalmente formuladas e repassadas desde a oralidade da língua tradicional, como vivenciamos em alguns encontros e Assembleias das quais tivemos oportunidade de participar. Esse não entendimento em nossa experiência é localizado como circunstância inerente ao processo de descolonização intersubjetiva, o qual torna-se afirmativo para a resistência e reexistência indígena.

A reocupação dos territórios colonialmente expropriados através das retomadas, produz fissuras nas dinâmicas coloniais. A transgressão da norma, imposta pela dominação colonial, traz elementos para a descolonização territorial e intersubjetiva. As relações produzidas nos tekoha reocupados sinalizam para a vida boa e modo de ser originário, teko porã [modo bonito de viver, aproximado ao sentido do bem viver] e teko araguyje [modo sagrado de viver]. Contudo, nesse processo também residem experiências de terror e sofrimento pela crueldade das forças latifundiárias, empresariais e estatais. Há uma guerra contra os povos indígenas em curso e é negada pela história oficial.

As experiências de Pyelito Kue/Mbarakay, Arroio Kora e Passo Piraju, denunciadas nas notas da Aty Guasu, demarcam a resistência a partir da relação vital dos Kaiowá e Guarani com o tekoha. Parece-nos, a partir das narrativas das comunidades, que o pertencimento à terra, com as dimensões sensíveis ao entendimento karai e aquelas que escapam a estes, é a base de sustentação da reexistência originária, tal como aprendemos com a Aty Guasu e registramos em outra escrita de que a terra é “fonte primária de saúde” (ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012m), enquanto os despejos e as práticas de desterritorialização configuram políticas de extermínio e genocídio (FARIA; MARTINS, 2023).

Destacamos a capacidade insurgente dos/as Kaiowá e Guarani de enfrentar as colonialidades e escancarar as desigualdades inerentes ao sistema-mundo/colonial-capitalista. A reocupação da terra, a ressignificação do lugar, a desorganização das monoculturas do agronegócio e as redes de relações estabelecidas no interior das retomadas são impressionantes. São processos dialéticos de materialização e subjetivação da reexistência originária, pela qual a permanente luta de recuperação dos tekoha semeia o modo de ser originário, que é germinado nas inter-relações geracionais de reatualização do teko porã e teko araguyje. É a vida que brota sem aplicação de agrotóxico. É a mobilização comunitária para inauguração de projetos coletivos.

A recuperação da memória histórica é central na proposta de libertação e descolonização dos povos latino-americanos (MIGNOLO, 2014; MARTÍN-BARÓ, 1985/2017). Nesse sentido, temos os movimentos protagonizados pelos/as Kaiowá e Guarani, de busca pelo modo correto de viver e ser (BENITES, 2014), como exercício de transformação das relações sociais e intersubjetivas. Estes são horizontes de luta e compromisso ético-político indicados pelas resistências e reexistências originárias.

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 8, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/anzaldua.pdf>.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **A história e trajetória de vida do rezador ñanderu Nísio Gomes**, "com vida nunca abandonar a luta pela terra antiga". 2011. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/02/a-historia-e-trajetoria-de-vida-do.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Nota da Aty Guasu sobre investigação da PF caso Nísio Gomes**. 2012a. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2011/12/nota-da-aty-guasusobre-investigacoes.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Nota de repúdio da Aty Guasu frente a divulgação de Guarani e Kaiowá na revista Veja**. 2012b. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/11/nota-de-repudio-da-aty-guasufrente.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Relatório da Aty Guasu Guarani-Kaiowá divulgado no dia 03 de março de 2012**. 2012c. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/03/relatorio-da-aty-guasuguarani-kaiowa.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Aty Guasu destaca que a demarcação de terras indígenas iniciadas no período da ditadura militar foram entregues aos indígenas**. 2012d. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/10/aty-guasudestaca-que-demarcacao-de.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Documento final de Aty Guasu e Kaiowá é para as todas autoridades nacional e internacional de planeta terra**. 2012e. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/11/documento-final-de-aty-guasuguarani-e.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Nota/informativo das lideranças de Arroio Kora e Conselhos da Aty Guasu Guarani e Kaiowá sobre a indenização**. 2012f. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/09/notainformativo-das-liderancas-de.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Relatório da diligência do conselho da Aty Guasu**. 2012g. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/03/relatorio-da-diligencia-do-conselho-da.html>. Acesso em: 08 abr. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Um ano de reocupação do território Guarani e Kaiowá Pyelito Kue/Mbarakay e situação atual da comunidade**. 2012h. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/08/um-ano-de-reocupacao->

[do-territorio.html](#). Acesso em: 08 abr. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Carta da comunidade Guarani e Kaiowá de acampamento da margem do rio Hovy-Iguatemi-MS**. 2012i. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/10/carta-da-comunidade-guarani-e-kaiowa-de.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Por que os Guarani e Kaiowá praticam e ainda pensam em praticar o suicídio?**. 2012j. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/10/por-que-os-guarani-e-kaiowa-praticaram.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Nota esclarecimento da Aty Guasu sobre a situação de território Arroio Kora reocupado hoje pela comunidade Guarani e Kaiowá**. 2012k. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/08/nota-esclarecimento-da-aty-guasusobre.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **Carta da comunidade de Passo Piraju-Dourados-MS frente à ordem de despejo da Justiça Federal da TRF 3 São Paulo**. 2012l. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/10/carta-de-comunidade-de-passo-piraju.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS (Dourados). **De Brasília-DF-Nota das lideranças da Aty Guasu Guarani-Kaiowá**. 2012m. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/05/de-brasilia-df-nota-das-liderancas-da.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

BENITES, Tônico. Rojerokyhina ha roikejeytekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos AtyGuasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 270 p. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

BENITES, Eliel. A busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 267 p. **Tese** (Doutorado em Geografia), PPGG, UFGD, Dourados, 2021.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). 469 p. **Tese** (Doutorado em História), PPGH, Unb, Brasília, DF, 2010.

BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Revista Tellus**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 137-150, 2004.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011.

DENZIN, Norman Kent. Autoetnografia Interpretativa. **Investigación Cualitativa**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81-90, 2017.

EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL. **Caderno Mapa Guarani Continental:** povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Campo Grande, MS: EMGC, 2016.

FARIA, Lucas Luis de. **Psicologia em Movimento com os/as Kaiowá e Guarani: diálogos fronteiriços e desobedientes.** 204 p. **Dissertação** (Mestrado em Processos Psicossociais), PPGPSI, UFGD, Dourados/Mato Grosso do Sul, 2021.

FARIA, Lucas Luis de; MARTINS, Catia Paranhos. Autoetnografia e a potência do habitar e (des)aprender com territórios indígenas: contribuições para de(s)colonizar a Psicologia. **Teoria e Cultura**, v. 17, n. 3. p. 91-107, 2022.

FARIA, Lucas Luis de; MARTINS, Catia Paranhos. “Terra é vida, Despejo é Morte”: Saúde e Luta Kaiowá e Guarani. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, s/n. p. 1-17, 2023.

FOUCAULT, Michel. **La voluntad de saber.** México: Siglo XXI, 1977.

GONÇALVES, Bruno Simões. **Nos caminhos da dupla consciência:** América Latina, psicologia e descolonização. São Paulo: Ed. do Autor, 2019.

JOHNSON, Felipe Mattos. “Retomada Aty Jovem: insurreições nas margens do por vir”. **Tellus**, 44, p. 277-312, 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: LACERDA JÚNIOR, Fernando (Org./trad.) **Crítica e libertação na Psicologia:** estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 55-65. (Original publicado em 1985).

MARTINS, CATIA PARANHOS. "Nada sobre nós sem nós": aprendizados a partir do Apoio na articulação entre o HumanizaSUS e a saúde indígena. In: Roseni Pinheiro; Tatiana Coelho Lopes; Fabio Hebert da Silva; Aluisio Gomes da Silva Jr.. (Org.). **Experienci(ações) e práticas de Apoio no SUS:** integralidade, áreas programáticas e democracia institucional. 1ªed.Rio de Janeiro: UERJ, 2014, p. 103 -117.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica:** retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MORAIS, Bruno Martins. **Do corpo ao pó:** crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MOTA, Juliana Grasieli Bueno. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 406 p. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), PPGG, UFGD, Dourados, 2011.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu**: laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: UFGD, 2009.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ORTOLAN, Maria Helena. Rumos do Movimento Indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares do Vale do Javari. 259 p. **Tese** (Doutorado em Antropologia), PPGAS, UNICAMP, São Paulo, SP, 2006.

PEREIRA, Levi Marques. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. **Tellus**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 137-145, 2003.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani. 375p. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS, USP, São Paulo, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: Ayô, 2021.

SANTOS, Gilberto Vieira. Conflitos territoriais no Brasil e o movimento indígena contemporâneo. 211p. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, SP, 2019.

SEGATO, Rita. **Las mujeres vivimos en un Estado de sitio** [web]. 2017. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2017/05/rita-segato-las-mujeres-vivimos-en-un-estado-de-sitio/>. Acesso em: 20 out. 2021.

Recebido em: 22/09/2023 * Aprovado em: 22/12/2023 * Publicado em: 30/04/2024